

## DESAFIOS ATUAIS PARA A CLASSE OPERÁRIA

Ivo Tonet<sup>1</sup>

**Resumo:** É inegável que a humanidade atravessa, hoje, uma crise de extrema gravidade. Também é inegável que a classe operária, a quem caberia a tarefa de liderar a transformação radical do mundo se encontra, hoje, fragmentada, desnorteada e na defensiva perante o capital. Esse trabalho procura trazer alguns elementos para compreender as causas fundamentais dessa situação, de modo a vislumbrar quais os desafios enfrentados, atualmente, pela classe operária no sentido de retomar a sua luta contra o capital e pela construção de uma sociedade comunista.

### Introdução

É inegável que a humanidade vive, hoje, sob o capitalismo, uma crise de extraordinárias proporções. Porém, crises não são novidade na história do capitalismo. Elas fazem parte da sua própria natureza. Como resultado da sua lógica interna, o capitalismo sofre, periodicamente, crises de maior ou menor intensidade. Sabe-se, após as análises de Marx, que o capital é composto de dois momentos: o capital variável (força de trabalho) e o capital constante (meios de produção). Como resultado da concorrência entre os próprios capitalistas e entre os capitalistas e os trabalhadores, e também como resultado da sua própria lógica de acumulação, o capital é obrigado a revolucionar constantemente todo o processo de produção e, como consequência, todo o restante da sociedade.<sup>2</sup>

Esse revolucionamento implica o constante desenvolvimento de tecnologia, de modo a baratear os custos de produção. Ora, quanto mais amplo e intenso o uso de tecnologia, menor será o de força de trabalho viva. Uma das consequências inescapáveis disso é que, em vez de ser cada vez mais disseminada por toda a sociedade, a riqueza será cada vez mais concentrada em poucas mãos. Outra consequência será o inevitável aumento do desemprego e da exploração da classe trabalhadora, com todo o seu cortejo de problemas sociais.

Mas, segundo Mészáros, a crise atual tem características que a distinguem das anteriores. As outras eram mais localizadas, ou afetando apenas alguns setores ou alguns países. Esta, segundo ele, tem um caráter inteiramente universal, totalizante e permanente. Por isso mesmo, fica praticamente impossível “exportá-la” a outros setores e/ou países. É isso, segundo autor citado, que faz com que essa crise tenha um caráter estrutural e não apenas conjuntural. Nas palavras do autor:

---

<sup>1</sup> Professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas.

<sup>2</sup> Para uma introdução à lógica do capital e à problemática das crises periódicas, sugerimos a leitura do livro *Economia Política – uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz.

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode por em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (2002, p. 797).

As consequências dessa crise, que começou por volta de 1970, foram e estão sendo enormes e terríveis para a classe operária<sup>3</sup>. Desemprego em massa, precarização do trabalho, supressão de direitos adquiridos ao longo de muitas e duras lutas, “flexibilização” de direitos, aumento do trabalho informal, terceirização e fragmentação do trabalho, corte de benefícios e rebaixamento dos ganhos salariais. Sem deixar de lembrar o que tudo isso significa em termos de qualidade de vida.

Sabe-se, também, pela boa crítica da economia política, que a recuperação da economia, isto é, das taxas de lucro do capital, passa, necessariamente, pelo aumento da exploração – não só relativa como também absoluta – da classe operária<sup>4</sup> Exatamente o que está ocorrendo no momento atual.

Por outro lado, o desmoronamento do chamado “socialismo real” também teve enormes efeitos sobre a luta da classe operária. Por um lado teve o efeito benéfico de demolir as ilusões de que aquele fosse o autêntico caminho para o socialismo. Por outro lado, teve o efeito perverso de gerar um enorme descrédito em relação ao socialismo. Também permitiu aos conservadores argumentar em favor da impossibilidade do socialismo e, a muitos socialistas, afirmar que este nada mais seria do que a ampliação sem fim da democracia, sem que isso implicasse uma ruptura radical com o capital.

Como resultado de tudo isso, a classe operária encontra-se, hoje, fragmentada, confusa, desorientada, na defensiva perante o capital e inteiramente subsumida aos interesses da burguesia.

Como explicar essa terrível situação?

## **1. A trajetória da esquerda**

Para entender essa situação é necessário examinar, mesmo que de modo muito breve, a trajetória da esquerda, que obviamente é inseparável do evoluir da totalidade do processo social, ao longo destes últimos cento e cinquenta anos.

---

<sup>3</sup> A respeito da problemática da natureza da classe operária e dos demais segmentos que integram o conjunto daqueles que compõem o universo dos trabalhadores, sugerimos a leitura dos livros: *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, de Sérgio Lessa e *Proletariado e sujeito revolucionário*, de Sérgio Lessa e Ivo Tonet.

Entre inúmeros aspectos, interessa-nos, aqui, enfatizar um, que consideramos da máxima importância. Trata-se do deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política. Qual o significado disso?

Para compreender melhor essa problemática é preciso distinguir três conceitos: a centralidade ontológica do trabalho, a centralidade política do trabalho e a centralidade da política.

Como consequência dos seus estudos e em resposta à demanda da classe trabalhadora por uma sustentação teórica sólida de suas tarefas históricas, Marx chegou à conclusão de que o trabalho é a categoria que funda o mundo social. Em *A ideologia alemã*, obra que, de alguma maneira, sistematiza os fundamentos de uma nova concepção da história humana, Marx afirma:

...temos que começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, também de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens tem de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas, da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material... (2009, p. 40-41).

Também é muito conhecida aquela passagem de *O Capital* em que ele define o trabalho como um intercâmbio do homem com a natureza, através do qual são produzidos os bens materiais necessários à existência humana. Mas, na qual ele também deixa claro que, neste processo, o homem não apenas transforma a natureza, mas também a si mesmo.

Este caráter do trabalho como categoria ontológica fundante do ser social também é reiterado em outras obras, mas especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844.

Essa constatação tem por consequência a demonstração de que o mundo social é radicalmente histórico e social, isto é, resultado exclusivo da atividade humana. Vale dizer, a história é de responsabilidade exclusiva dos homens e não de quaisquer outras forças extramundanas ou naturais. O que, obviamente, não exclui a relação dos homens com a natureza nesse processo.

Ora, se os homens se criam inteiramente a si mesmos, a partir do trabalho, então fica demonstrada a falsidade da afirmação de que os seres humanos são egoístas *por natureza*. Pois esta natureza é criada pelos próprios homens no mesmo processo em que eles dão existência ao mundo exterior. Deste modo, na medida em que os homens vão criando o mundo objetivo também vão configurando a sua própria natureza interior. Donde se pode concluir que a própria natureza humana terá esta ou aquela configuração, será egoísta ou solidária, dependendo das relações que os homens estabelecerem entre si no processo de trabalho.

Como desdobramento desta primeira afirmação segue-se que toda forma de sociabilidade (os modos de produção) terá sempre como seu fundamento uma determinada forma de trabalho.

Assim, vemos que o trabalho de coleta funda a comunidade primitiva, o trabalho escravo, o mundo escravista, o trabalho servil, o mundo feudal e o trabalho assalariado, a sociedade capitalista.

Tal é o significado da *centralidade ontológica do trabalho*, ou seja, de que o trabalho é a categoria que funda o mundo social. Vale lembrar que fundar não significa esgotar, pois a partir do trabalho surgem outras dimensões do ser social, com legalidade e funções específicas. Também vale enfatizar que todas estas dimensões também retroagem sobre o trabalho e se determinam entre si.

Com base nessa constatação, ao analisar a sociedade capitalista, Marx chegou à conclusão de que esta contém em seu seio uma contradição radicalmente antagônica entre capital e trabalho. Ao capital interessa, por sua própria natureza, a continuidade da exploração da classe trabalhadora. A esta última, também por sua própria natureza, oriunda de sua posição no processo de produção, interessa a supressão radical de toda exploração. Ora, a superação radical da exploração implica, necessariamente, uma revolução e esta tem por base uma mudança essencial na forma do trabalho. Por isso Marx insiste em várias de suas obras, mas especialmente em *A ideologia alemã* e em *A guerra civil na França*, que não é possível uma revolução proletária sem uma profunda transformação na forma do trabalho, substituindo o trabalho assalariado pelo trabalho associado.

A única classe, segundo ele, que pode liderar essa transformação é a classe operária, pois é a única que se encontra, por sua natureza, em oposição radical ao capital. É por isso que Marx enfatiza que a revolução proletária deve ser uma “revolução política com alma social” e não, como todas as outras, uma “revolução social com alma política”. Revolução política, no sentido de destruir aquelas forças políticas (Estado) que são fundamentais para a manutenção da exploração do capital sobre o trabalho. Revolução social, no sentido de realizar aquelas transformações no processo de trabalho que suprimam radicalmente o capital, com todas as suas categorias e assim reconfigurem o conjunto da sociedade. Como se vê, ele não desdenhava a luta política da classe operária, apenas a subordinava à alma social, isto é, ao trabalho. A luta política da classe operária, isto é, a luta ao redor da questão do poder, deveria estar subordinada aos imperativos postos pelo trabalho.

Esta subordinação da ação política aos imperativos do trabalho é da máxima importância no processo de transição do capitalismo ao comunismo. Pois são as transformações no processo de trabalho, substituindo o trabalho assalariado pelo trabalho associado, que imprimirão à revolução um caráter comunista. A atividade política, de destruição do Estado burguês e de defesa dos interesses da classe operária contra as investidas da burguesia, será absolutamente necessária, mas não é ela que garante o caráter próprio da revolução proletária. Somente a entrada em cena do trabalho associado é que pode garantir essa qualidade. Porém, esta forma de trabalho implica duas condições, absolutamente incontornáveis, que Marx também tinha deixado claras em *A ideologia alemã*. Segundo ele, uma revolução proletária só poderia se efetivar a partir de um alto grau de

desenvolvimento das forças produtivas e da universalização do processo revolucionário. A abundância e a universalização seriam condições indispensáveis para essa revolução. Deste modo, todas as tentativas que não tivessem por base essas condições estariam fatalmente fadadas ao fracasso. Não custa enfatizar que isso foi dito em 1845, portanto muito antes de qualquer tentativa revolucionária.

Este é o significado da *centralidade política do trabalho*: cabe à classe operária dirigir o processo de destruição do poder político burguês.

Infelizmente, o processo histórico não caminhou segundo as exigências que Marx tinha identificado. Já em vida de Marx, na segunda metade do século 19, por uma série de circunstâncias históricas, surgiu a social-democracia alemã com a proposta de transitar para o socialismo sem uma ruptura radical com o Estado e o capital. Propunha-se, então, que a classe trabalhadora, muito numerosa e admitida a participar do processo democrático, se apropriasse do Estado e através dele realizasse as transformações econômicas e sociais que conduziriam ao socialismo. Temos, assim, um primeiro momento em que se passa da centralidade do trabalho à centralidade da política, isto é, em que se atribui à dimensão política, centrada no Estado, a tarefa de dirigir a transformação das relações econômicas e sociais capitalistas, das quais ele próprio é o resultado e o maior sustentáculo, em direção ao socialismo. São conhecidos os resultados dessa desastrosa atuação da social-democracia alemã: vitórias esmagadoras do capital sobre o trabalho.

Na virada do século 19 para o século 20 a revolução russa recolocou na ordem do dia a superação revolucionária do capitalismo. Opunha-se, então, a revolução à reforma. Tratava-se não mais de se apropriar, mas de destruir o Estado burguês de modo a abrir o caminho para a construção de uma sociedade socialista<sup>5</sup>.

Porém, de novo os caminhos da história não transcorreram segundo queriam os revolucionários. A falta daquele alto desenvolvimento das forças produtivas no país onde se desencadeou a revolução e a não eclosão da revolução nos países onde já havia uma capacidade produtiva altamente desenvolvida impediu a efetivação daquele propósito. E, de novo, e por motivos alheios à vontade dos revolucionários, passou-se a atribuir ao Estado, agora denominado Estado proletário, a tarefa de conduzir as transformações sociais em direção ao socialismo. Sabemos, hoje, quais as consequências disso.

Ao longo do século XX, outras tentativas revolucionárias foram realizadas, a exemplo das revoluções chinesa, cubana e vietnamita. Todas elas efetivadas em países muito atrasados e sem a capacidade de desencadear um processo de universalização. Como previsto por Marx, nenhuma dessas tentativas conseguiu caminhar no sentido da construção de uma sociedade socialista. E todas

---

<sup>5</sup> Imprescindível, a esse respeito, a leitura de *O Estado e a revolução*, de Lênin.

elas sempre acabaram por atribuir ao Estado a tarefa de conduzir o processo de transformação social.

A crítica aos descaminhos dessas tentativas revolucionárias fez recolocar em pauta, especialmente a partir da Europa ocidental, o caminho da reforma como via para a construção do socialismo. Partindo do pressuposto de que o fracasso das tentativas revolucionárias se devia à falta de socialização do poder político, construiu-se a chamada via democrática para o socialismo. Esta propunha, de novo, a tomada progressiva do poder do Estado para, sob a condução dele, ampliar e aprofundar o processo democrático e assim levar adiante as transformações sociais em direção ao socialismo.

De lá para cá essa centralidade da política só tendeu a se acentuar. Perdida a perspectiva revolucionária de superação radical do capitalismo, o foco da luta se concentrou no parlamento e nas lutas por conquistas imediatas e parciais. Não mais a luta contra o capital e contra o Estado, mas a luta por se apropriar do Estado e, sem por em risco o processo democrático, realizar as transformações econômicas e sociais que melhorariam a vida de todos. Na sintética frase de Boaventura de Sousa Santos, “o socialismo é a democracia sem fim”.

É este o significado da *centralidade da política*: pensar a sociedade tendo como fio condutor a dimensão política e, por isso, atribuir ao Estado a tarefa de transformar o mundo.

Porém, nem a sociedade tem como fundamento a política nem a tarefa de dirigir a transformação do mundo é algo do qual o Estado possa se desincumbir. Como já vimos, o trabalho é a categoria fundante do ser social e o Estado, por sua natureza, como já deixaram muito claro Marx, Engels, Lenin, Mészáros e outros grandes teóricos marxistas, tem sua origem e fundamento nas irreconciliáveis contradições existentes entre as classes sociais. E a razão essencial da sua existência é a defesa da propriedade privada. Como, então, exigir do Estado a supressão da propriedade privada e das classes sociais?<sup>6</sup> E Mészáros, atualizando a teoria de Marx, é especialmente enfático ao demonstrar que a lógica autorreprodutiva do capital está fora de qualquer possibilidade de controle. O capital pode ser erradicado, pois ele é produzido por um determinado ato social de trabalho. A substituição deste ato de trabalho que o produz por outro ato de trabalho radicalmente diferente certamente põe fim ao capital. Porém, ele não pode ser controlado. Controlá-lo significaria obrigá-lo a produzir tendo como primeira e única finalidade o valor de uso e não o valor de troca. Nenhuma força no mundo tem o poder de realizar tal façanha!

## 2. A situação atual

---

<sup>6</sup> Oportuníssima, neste momento, a leitura do texto *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*, da autoria de K. Marx.

Como em toda guerra, derrotas sucessivas tendem a produzir uma situação muito difícil para os vencidos. No caso da guerra entre capital e trabalho, as inúmeras e devastadoras derrotas sofridas pelo trabalho fortaleceram enormemente a posição do primeiro e deixaram a classe operária, inclusive com uma grande colaboração das organizações sindicais e da maioria dos partidos de esquerda, debilitada pelas transformações no processo de trabalho e teoricamente desnorteada na luta contra o seu inimigo. Em vez da confrontação, que é o que deveria marcar essencialmente a luta da classe trabalhadora, foi a negociação por ganhos parciais que se tornou a tônica do enfrentamento com o capital. Não se trata, obviamente, de menosprezar nem a negociação nem a luta por conquistas parciais, mas de deixar claro que estas sempre devem estar subordinadas ao objetivo maior de destruição do capital.

Porém, o fato de ter sido derrotada em todas as tentativas de superar o capitalismo não retira da classe trabalhadora o seu caráter ontologicamente revolucionário. Isto porque, embora sob formas diferentes, a contradição entre capital e trabalho continua a existir e a ter um caráter insuperavelmente antagonico. É porque abriram mão da categoria da essência ou a interpretaram de maneira metafísica que muitos teóricos – inclusive marxistas – passaram a negar o caráter revolucionário atual da classe trabalhadora.

No Brasil, este deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política teve características particulares. Repercutindo as críticas feitas na Europa ao chamado “socialismo real”, por seu caráter julgado antidemocrático, a esquerda, em sua maioria, após as tentativas malogradas de seguir os caminhos chinês e cubano, também buscou construir, aqui, um “caminho democrático para o socialismo”. Esse caminho passaria, necessariamente, pela tomada do poder nas várias instâncias políticas – municipais, estaduais e federal – para, por meio do Estado, impulsionar o processo em direção ao socialismo.

Assistimos, então, dos anos 80 a este momento, o “assalto pacífico” ao poder do Estado conduzido pelos partidos mais expressivos da esquerda. Este procedimento fez com que, também aqui, o foco principal da luta se concentrasse no parlamento. E que, inclusive as lutas extraparlamentares fossem orientadas no sentido de desaguar no parlamento. Deste modo, a luta da classe trabalhadora já não era dirigida contra o capital e contra o Estado, mas apenas no sentido de arrancar determinadas concessões parciais do capital e do Estado. Julgava-se que a tomada do poder do Estado pelos partidos que representariam os interesses da classe trabalhadora contribuiria para aumentar o poder desta classe em seus embates com o capital.

Era inevitável que, ao longo desse processo, ao aceitar as regras fundamentais do jogo democrático-burguês, os partidos que se consideravam de esquerda se transformassem, cada vez mais, em partidos tipicamente burgueses, tanto nas suas estruturas internas quanto no modo de fazer política. E que a tônica das lutas sociais se orientasse no sentido de aperfeiçoar esta forma de

sociabilidade e não de superá-la radicalmente. Não se adere impunemente às regras impostas pelo capital.

Ao longo deste processo, o socialismo, cuja definição sempre ficara extremamente difusa e confusa, foi se tornando apenas um horizonte, uma ideia reguladora, uma aspiração vaga e genérica, até se desvanecer completamente. Deste modo, as propostas hegemônicas atuais não configuram um embate entre capital e trabalho, mas entre frações do próprio capital. E com a colaboração da maioria dos partidos que se dizem de esquerda e da maioria das organizações sindicais e sociais, a classe operária está sendo convencida de que o apoio a uma dessas frações, considerada progressista, será o caminho para a construção de uma sociedade autenticamente humana. A esquerda está contribuindo, deste modo, para pavimentar o caminho de uma ilusão, vale dizer, a convicção de que este modelo de desenvolvimento econômico e social, com as pequenas melhorias experimentadas pelos extratos mais pobres, que são a maioria da população, significaria o encontro do caminho lento e continuado do progresso.

Em apoio a este caminho argumenta-se que a ampliação e a consolidação da cidadania e da democracia seriam uma condição prévia imprescindível para que as massas pudessem participar ativamente do processo de construção de uma sociedade socialista.

A falácia desse argumento salta aos olhos quando levados em conta tanto o processo histórico quanto a situação presente. Quanto ao processo histórico: nenhuma das tentativas revolucionárias (russa, chinesa, cubana, etc.) cumpriu essa pré-condição. Porém, não foi por falta de um patamar consolidado de democracia e cidadania, como pensam os defensores do caminho acima citado, que elas não tiveram sucesso, mas pela falta de condições objetivas internas e externas. É razoável pensar que, dadas as condições de que falamos acima (alto desenvolvimento das forças produtivas e universalização da revolução), ao acontecer uma ruptura revolucionária as massas poderiam rapidamente tomar em suas mãos a construção de uma sociedade socialista. Vale enfatizar que o desencadeamento do processo revolucionário pode até ter início em países menos desenvolvidos. É, porém, imprescindível que haja a capacidade – pela expressão desses países – de interferir profundamente no conjunto do sistema, de modo a arrastar atrás de si o mundo todo, especialmente os países onde as forças produtivas estão mais desenvolvidas.

Quanto à situação atual: é patente que a crise atual do capital, de caráter estrutural, está levando a uma corrosão cada vez maior das objetivações democrático-cidadãs. As provas disto saltam aos olhos nos próprios países mais desenvolvidos, onde a participação dos cidadãos se torna cada dia mais irrelevante e apenas ritual. E como a lógica do capital é incontrolável, esta tendência é irreversível. Além disso, também salta aos olhos que democracia e cidadania só podem produzir, no máximo, mais democracia e mais cidadania e não socialismo, pois elas jamais poderão superar os limites impostos pela propriedade privada, da qual são expressão e condição de reprodução.



Socialismo implica uma ruptura com o sistema democrático burguês e não sua continuidade e aprofundamento. Não se trata, porém, de uma ruptura que leve a formas autoritárias de convivência social, mas a um tipo de liberdade qualitativamente superior porque fundada na forma de trabalho mais livre possível que é o trabalho associado.

Ao trilhar aquele caminho, os próprios partidos, autodenominados de esquerda e as organizações sindicais, que seriam os naturais defensores dos interesses da classe operária, contribuíram poderosamente para desencaminhar a luta desta classe, tornando-a caudatária dos interesses da burguesia.

### 3. As perspectivas atuais

Resgatar a centralidade do trabalho, eis uma das tarefas mais importantes que incumbem, hoje, aos revolucionários.

Este resgate, nos sentidos ontológico e político, desdobra-se em tarefas teóricas e práticas.

Do ponto de vista teórico trata-se de resgatar o caráter radicalmente crítico e revolucionário do pensamento de Marx, que também se perdeu ao longo deste processo. Sem menosprezar as contribuições de outros pensadores, foi a genialidade de Marx que lançou os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo. Porém, estes fundamentos não brotaram, por pura inspiração de sua cabeça. Sua genialidade consistiu em traduzir teoricamente o mundo real, que havia atingido a sua plena maturidade social naquele momento<sup>7</sup>. E, ao traduzir este mundo, também pode concluir que era a classe operária que representava, pela sua posição no processo de produção da riqueza, as melhores perspectivas para a humanidade. Estabeleceu-se, deste modo, um vínculo essencial entre a elaboração marxiana e a classe operária.

Vale lembrar que esse vínculo está lapidarmente expresso na *XI Tese ad Feuerbach: Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se de transformá-lo*.

Ora, a classe operária tem necessidade, para realizar as suas tarefas históricas, de uma teoria que permita compreender o mundo até a sua raiz (crítica) e transformar esse mundo também pela raiz (revolução). É exatamente com esse intuito que Marx elabora a sua teoria. Independente, ainda, de como se entenda tanto a crítica como a revolução, não há dúvida de que essas duas características são indissociáveis do pensamento de Marx.

Compreender o mundo até a sua raiz para poder transformá-lo radicalmente é, pois, uma exigência da classe operária. Trata-se, então, de demonstrar onde está a raiz do ser social, ou seja, qual a origem e o fundamento desta nova forma de ser que já não é natural para, então, poder sustentar, com argumentos de razão e não de fé, a possibilidade da revolução. Trata-se, também, a

---

<sup>7</sup> A respeito do que significa a maturidade do ser social, ver *O que é marxismo*, de José Paulo Netto.

partir disso, de trazer à luz a origem e a natureza da desigualdade social de modo a poder orientar a ação no sentido de sua radical superação.

Tarefa teórica, também da maior importância, é a clarificação das noções de revolução e de socialismo e sua conexão com a problemática do trabalho. Ambas essas noções foram profundamente deformadas. A primeira, tendo seu sentido açambarcado pelo momento político, secundarizando o essencial que é a mudança na forma do trabalho. A segunda, confundindo estatização da economia, supressão jurídico-política da propriedade privada, planejamento econômico centralizado pelo Estado com construção da base material do socialismo<sup>8</sup>.

Para atingir esses objetivos, era preciso demonstrar, com toda solidez, que o mundo dos homens é resultado exclusivo da atividade humana; que a história, embora não seja feita nas condições livremente escolhidas pelos homens, é de exclusiva responsabilidade deles. Era preciso, também, demonstrar que a natureza humana, inclusive no que ela tem de mais essencial como humano, é resultado da própria atividade social e histórica dos homens para, com isso, poder infirmar, pela raiz, a ideia de que os homens são egoístas por natureza e que, portanto, a desigualdade social é insuperável.

O resgate dessas características definidoras da especificidade e novidade do pensamento de Marx implica a retomada do caminho indicado por ele mesmo. Em várias obras, mas especialmente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *A ideologia alemã* e em *O Capital*, Marx indicou claramente que o trabalho é a categoria que funda o mundo social. A compreensão dos elementos essenciais desta categoria lhe permitiu constatar o caráter radicalmente histórico e social do mundo dos homens e, deste modo, cortar o passo a qualquer possibilidade de sustentar a insuperabilidade da desigualdade social.

A compreensão da categoria do trabalho como fundamento ontológico do ser social também lhe permitiu superar as concepções idealistas e mecanicistas da história. Estas concepções, por não entenderem a relação entre subjetividade e objetividade, entre teleologia e causalidade, tenderam a enfatizar, unilateralmente, ora o momento subjetivo ora o momento objetivo. Porém Marx, ao constatar que o trabalho é uma síntese entre teleologia e causalidade, entre subjetividade e objetividade, mas sob a regência desta última, deixa claro que estes dois momentos, embora mantendo a sua especificidade, integram um ato unitário que é o fundamento do ser social. Esta descoberta é da maior importância para a luta social, pois permite compreender tanto a importância da intervenção subjetiva quanto os limites a que ela está sujeita.

Infelizmente, este caráter originário radicalmente crítico e revolucionário do pensamento de Marx foi se perdendo ao longo das duras batalhas (teóricas e práticas) travadas entre capital e trabalho. Politicismo (centralidade da política) e criticismo (centralidade da subjetividade) foram

---

<sup>8</sup> A respeito das deformações que sofreram essas categorias, sugerimos ler, de nossa autoria: *Socialismo: obstáculos a uma discussão; Trabalho associado e revolução proletária e Trabalho associado e extinção do Estado*.

tomando conta da teoria marxiana, desfigurando inteiramente a sua radicalidade originária. Em suas versões mais difundidas, ou seja, no chamado marxismo da II Internacional ou do Movimento Operário e na vulgata estalinista, o marxismo se transformou numa amálgama impossível de determinismo/economicismo e voluntarismo ou numa dogmática que impedia qualquer atividade verdadeiramente crítica.

É imperioso fazer a crítica desse abastardamento da teoria marxiana. Tarefa imprescindível para iluminar os caminhos da superação integral da sociedade burguesa.

Do ponto de vista prático, trata-se de mudar o foco da luta social. Hoje, como já vimos, ele se concentra no parlamento. É preciso tirá-lo de lá e colocá-lo na fábrica. Antes que isso gere mal-entendidos, é importante enfatizar que não se trata de abandonar a luta no âmbito do parlamento, mas de subordiná-la à direção da luta extraparlamentar. Ao contrário das concepções mais difundidas na esquerda, a burguesia sabe, com meridiana clareza, que a raiz do seu poder não está no parlamento. Que ele é apenas uma mediação, fundamental sem dúvida, mas apenas mediação para a defesa dos seus interesses. Ela sabe que a verdadeira raiz do seu poder está no processo de produção da riqueza material, de onde vem a sua própria riqueza. Por isso mesmo, e para fazer frente à enorme crise em que se debate o capital, a intervenção das grandes corporações no direcionamento das ações do Estado é cada vez mais acentuada.

Ora, ao centrar a luta no parlamento, a esquerda está aceitando travar a guerra no campo e nos termos impostos pelo capital. Iludida pelas pequenas conquistas, ela não percebe que essa é a “crônica de uma derrota anunciada”.

Se é verdade que a classe operária é o sujeito fundamental, embora não único, da revolução e se revolução significa a destruição do Estado burguês e a transformação radical na forma do trabalho (substituindo o trabalho assalariado pelo trabalho associado), então é imperioso que esta classe se organize, teórica e politicamente, de forma autônoma e independente do Estado e do capital. Como já vimos, é uma enorme ilusão pensar que o caminho para a superação do capitalismo passa pela tomada e gerenciamento do Estado burguês. É preciso repetir um milhão de vezes: a administração do capitalismo só pode produzir formas diferentes de capitalismo, nunca socialismo. Por esse caminho a classe operária sempre estará subordinada aos interesses da burguesia.

É pouco provável que este objetivo – organização autônoma e independente da classe operária – seja atingido em curto prazo. Especialmente porque, além das dificuldades oriundas das transformações no processo produtivo, é a própria esquerda que está contribuindo poderosamente para orientar as lutas sociais no sentido do reformismo e da centralidade da política. É provável que uma virada mais profunda nessa orientação só venha a se dar quando houver uma crise muitíssimo mais intensa do capital. Esta virada poderia ensejar a quebra dos atuais partidos e organizações de

esquerda e o surgimento de novas lideranças sindicais e novas formas de organização da classe operária.

Antes que essa posição seja rotulada de imobilista, é importante lembrar, na esteira de Marx, que os homens fazem a história, mas não a fazem nas condições livremente escolhidas por eles. Não é a subjetividade que dita o que se deve fazer. À subjetividade cabe, sim, escolher entre as alternativas reais postas de modo a contribuir para criar novas e mais adequadas alternativas em outro momento histórico. É o que entendemos serem as tarefas atuais dos revolucionários: a crítica às deformações do marxismo de modo a resgatar o caráter radicalmente crítico e revolucionário da teoria marxiana; o estudo profundo e rigoroso dos processos sociais em curso e o esforço para que as lutas na fábrica sejam o polo regente (no sentido de apontarem para a superação do capital) da transformação do mundo. E, juntamente com isso, a crítica radical do capital e do capitalismo, a crítica de todo tipo de conservadorismo e reformismo e a defesa e a propaganda incansáveis, mas sérias, do socialismo.

Estas tarefas parecerão modestas e certamente o são. Mas, entendemos que é melhor dar passos pequenos na direção certa do que grandes passadas na direção errada.

### **Referências bibliográficas**

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec, 1978.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo, Cortez, 2007.

LESSA, S. e TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

MARX, K. *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_, *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_, *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.

PAULO NETTO, J. *O que é marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAULO NETTO, J. e BRAZ, M. *Economia política – uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 2006.

TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda – da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Omega, 2009.

TONET, I. *Trabalho associado e revolução proletária*. In: [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br)

\_\_\_\_\_, *Trabalho associado e revolução proletária*. In: [www.itotonet.xpg.com.br](http://www.itotonet.xpg.com.br)

\_\_\_\_\_, *Socialismo: obstáculos a uma discussão*. In: [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br)